



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

REQUERIMENTO

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros
Martins Lima Filho**

A Vereadora **Cecília Meireles Ferreira (Ceci Protetora)**, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, notadamente o disposto nos **Arts. 144 e 194** do Regimento Interno desta Casa, requer a Vossas Excelências a inclusão, em **Regime de Urgência**, do **Projeto de Lei nº 01/2025**, que dispõe sobre a proibição de fogos de estampido e artifícios de efeito sonoro ruidoso no Município.

Fundamentação Regimental e de Mérito

O pedido de urgência se baseia no **Art. 144, § 2º, do Regimento Interno**, o qual define como urgente o assunto:

"cuja discussão se torna ineficaz, se não for tratado imediatamente, ou que seu adiamento resulte **inconveniente para o interesse público**."

O adiamento da apreciação imediata do mérito do PL 01/2025 e de sua respectiva Emenda resulta em grave inconveniente e **flagrante ilegalidade** ao interesse público pelos seguintes motivos:

- **Dano Continuado à Saúde Pública:** A poluição sonora gerada pelos artefatos pirotécnicos ruidosos é um agressor contínuo à saúde pública, causando prejuízos imediatos e permanentes a grupos vulneráveis – em especial pessoas com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, idosos e enfermos – violando o **Art. 196 da Constituição Federal**.
- **Risco ao Bem-Estar Animal:** A manutenção da permissividade da prática, mesmo que apenas por meio de exceção (Emenda), perpetua o estado de maus-tratos e pânico na fauna local, contrariando o dever de proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado (**Art. 225, CF/88**).
- **Gravidade do Vício de Ilegalidade e Inconstitucionalidade da Emenda:**
 - Conforme detalhado no **Parecer Técnico-Jurídico anexo**, a Emenda que propõe exceção para eventos culturais/religiosos não só padece de inconstitucionalidade por quebrar o princípio da isonomia, mas também é **LEGAL** por contrariar a legislação estadual superior.
 - A Lei Estadual nº 7.302, de 21/07/1978, em seu Art. 3º, VI, proí-

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
04/12/2025	
HORAL 6:34	
ASS: [assinatura]	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

be **expressamente** os ruídos provocados por **fogos de estampido e similares**, independentemente de medição sonora. A Emenda municipal, ao criar exceções a essa proibição estadual, excede a competência suplementar e incorre em flagrante vício de ilegalidade.

A urgência é, portanto, imperativa para que o Plenário delibere com a celeridade exigida pela **Supremacia da Lei Estadual** e pela defesa dos direitos fundamentais, evitando que o vício de ilegalidade e inconstitucionalidade se prolongue na tramitação.

Pelo exposto e pela necessidade inadiável de conferir eficácia imediata aos direitos fundamentais e resguardar a legalidade da futura lei municipal, requer-se a aprovação do presente pedido de urgência para apreciação imediata do mérito do Projeto de Lei nº 01/2025.

Nestes termos, pede e espera deferimento do Plenário.

Montes Claros, 4 de dezembro de 2025.

Cecília Meireles Ferreira
Vereadora

Cecília Meireles Ferreira
Ceci Protetora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação José Marcos Martins Freitas**

Referência: Projeto de Lei nº 01/2025 – Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampido e de artifício, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Município, e dá outras providências.

Objeto: **Inconstitucionalidade e ilegalidade** da Emenda nº 42/2025 (que excetua eventos culturais, tradicionais ou religiosos).

Assunto: Violação dos Direitos Fundamentais à Saúde, ao Meio Ambiente e à **Supremacia da Lei Estadual**.

I. Introdução

O presente parecer visa analisar a legalidade e constitucionalidade da **Emenda nº 42/2025** (que cria exceção para eventos culturais, tradicionais ou religiosos) ao Projeto de Lei nº 01/2025.

Conclui-se, de plano, que a Emenda é **inconstitucional** e **ilegal**, pois fragiliza o núcleo essencial dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal e Estadual, desvirtuando a finalidade primordial do Projeto de Lei e, ainda, **contrariando expressamente norma estadual**.

II. Fundamento Constitucional Principal: O Direito à Saúde e ao Meio Ambiente (Art. 196 e 225 da CF/88)

A Constituição Federal estabelece que a saúde (Art. 196) e o meio ambiente ecologicamente equilibrado (Art. 225) são direitos fundamentais e deveres do Poder Público.

A. Da Violação ao Direito à Saúde (Art. 196)

1. **Poluição Sonora como Agravo à Saúde:** O ruído excessivo é categorizado como poluição sonora e possui efeitos deletérios comprovados na saúde humana, incluindo o aumento do estresse, alterações no sono, riscos cardiovasculares e, principalmente, a geração de crises e sofrimento em pessoas com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, cuja



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

hipersensibilidade auditiva é característica.

2. **Quebra da Universalidade:** A Emenda cria uma distinção para a aplicabilidade do direito à saúde, permitindo que o sofrimento e o agravo sejam causados em nome de uma exceção. O direito à saúde é universal e não pode ser condicionado ou excepcionado pela natureza (cultural ou religiosa) do evento que gera a agressão.

B. Da Violação ao Direito ao Meio Ambiente Equilibrado e Bem-Estar Animal (Art. 225)

1. **Maus-Tratos e Sofrimento Animal:** A poluição sonora proveniente de fogos de estampido causa pânico, desorientação, fugas e, em casos extremos, óbito em animais domésticos e silvestres. O bem-estar animal é parte integrante do conceito de meio ambiente ecologicamente equilibrado.
2. **Inaplicabilidade da Exceção:** Permitir que eventos de caráter cultural ou religioso causem maus-tratos e sofrimento a animais contraria a função de proteção e preservação imposta ao Município pelo Art. 225 da CF/88 e pela Constituição Estadual.

III. Fundamento Adicional de Ilegalidade: Contrariedade à Lei Estadual

A Emenda nº 42/2025 é manifestamente **ilegal** por contrariar o princípio da **Supremacia da Lei Estadual** em matéria de proteção contra poluição sonora:

- **Violação Direta à Lei Estadual nº 7.302/78:** A legislação estadual de Minas Gerais, no seu **Art. 3º, VI, da Lei Estadual nº 7.302, de 21 de julho de 1978**, estabelece que **são expressamente proibidos**, independentemente de medição de nível sonoro, os ruídos provocados por **bombas, morteiros, foguetes, rojões, fogos de estampido e similares**.
- **Incompetência Suplementar:** O Município tem competência para legislar suplementarmente sobre o tema (Art. 30, II, da CF/88), mas essa competência se limita a detalhar e reforçar a proteção, **nunca a suavizar, flexibilizar ou criar exceções** para uma proibição já imposta pelo Estado.
- **Conclusão da Ilegalidade:** Ao permitir o uso de fogos de estampido em eventos culturais/religiosos, a Emenda municipal **cria uma exceção que a Lei Estadual expressamente veda**. Esta contradição direta torna a Emenda ilegal e passível de controle de constitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

IV. Violação ao Princípio da Isonomia e Razoabilidade (Art. 5º da CF/88)

A Emenda padece de **irrazoabilidade** e viola o **Princípio da Isonomia** ao conceder um tratamento desigual a situações iguais:

1. **Discriminação Injustificada:** O ruído é um agente estressor e poluidor. Não há fundamento lógico ou constitucional para que o ruído proveniente de um evento religioso seja menos prejudicial (ou mais tolerável legalmente) do que o ruído proveniente de qualquer outro evento.
2. **Adaptação Razoável:** A Emenda não é necessária para a preservação das tradições. Alternativas de baixo impacto, como os **fogos de artifício com efeitos visuais/luminosos sem estampido (fogos de vista)**, permitem a realização dos eventos culturais e religiosos sem impor um ônus à saúde e ao bem-estar animal.

V. Conclusão e Recomendação

Diante do exposto, a Emenda nº 42/2025 constitui uma **restrição indevida e ilegal** aos direitos fundamentais à Saúde e ao Meio Ambiente, violando:

- **Constituição Federal:** Arts. 1º, III, 5º, 196 e 225.
- **Constituição Estadual:** Dispositivos correspondentes.
- **Lei Estadual nº 7.302/78 (Art. 3º, VI):** Por contrariar a proibição expressa de fogos ruidosos.

Recomenda-se que a Emenda nº 42/2025 seja **REJEITADA** por esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, ou pelo Plenário, por ser **inconstitucional e ilegal**, de modo a garantir que o Projeto de Lei nº 01/2025 cumpra seu objetivo de proteger integralmente a população de Montes Claros em consonância com o ordenamento jurídico superior.

Montes Claros, 4 de dezembro de 2025.

Cecília Meireles Ferreira
Vereadora

Cecília Meireles Ferreira
Ceci Proetora